



Processo nº 13888.723503/2017-17
Recurso Voluntário
Acórdão nº **1301-006.224 – 1^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária**
Sessão de 18 de novembro de 2022
Recorrente AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 18/02/2013, 20/03/2013, 18/04/2013, 17/05/2013, 02/07/2013, 19/07/2013, 13/08/2013, 20/09/2013, 09/10/2013, 19/11/2013, 17/12/2013, 16/01/2014

MULTA ISOLADA POR DÉBITO INDEVIDAMENTE COMPENSADO.

Mantido o despacho decisório que não homologou a compensação declarada em PER/DComp, mantém-se o auto de infração lavrado em decorrência da compensação indevida, nos termos do § 17 do art. 74 da Lei n. 9.430, de 1996.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Rafael Taranto Malheiros – Relator

(documento assinado digitalmente)

Giovana Pereira de Paiva Leite - Presidente

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Lizandro Rodrigues de Sousa, Jose Eduardo Dornelas Souza, Rafael Taranto Malheiros, Marcelo Jose Luz de Macedo, Carmen Ferreira Saraiva (suplente convocada), Maria Carolina Maldonado Mendonca Kraljevic, Eduardo Monteiro Cardoso e Giovana Pereira de Paiva Leite (Presidente).

Relatório

Trata o presente de análise de Recurso Voluntário face a Acórdão de 1^a instância que julgou a “Impugnação Improcedente”, tendo por resultado “Crédito Tributário Mantido”.

2. Foi lavrado Auto de Infração (AI), de e-fls. 573/578, de multa isolada de 50% sobre o valor do débito objeto de declarações de compensação (DComps) não homologadas, lavrado em 06/09/2017, com fulcro no § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996. As 12 DComps

relacionadas ao referido AI são aquelas referentes aos seguintes processos administrativos: 13888.723175/2017-59, 13888.723176/2017-01, 13888.723177/2017-48, 13888.723178/2017-92, 13888.723180/2017-61, 13888.723181/2017-14, 13888.723224/2017-53, 13888.723226/2017-42, 13888.723227/2017-97, 13888.723228/2017-31, 13888.723230/2017-19 e 13888.723231/2017-55. Em todos as DComps a Interessada quitou débitos de IRRF, cód. 0588 com retenções de IRRF (cód. 3208 - sobre importâncias pagas ou creditadas por PJ a cooperativa de trabalho). O Contribuinte foi cientificado em 21/09/2017 (e-fls. 591).

3. Irresignado, em 04/10/2017 (e-fls. 593), o Contribuinte apresentou Impugnação (e-fls. 635/640), em que aduz, sinteticamente, que não houve intenção de sonegar impostos ou burlar regramentos pois seria muito mais fácil e simples para a manifestante não efetuar o desconto do IR nas faturas; e em momento nenhum houve má-fé por parte da Impugnante nos processos de compensação, além de repisar as razões expendidas nas Manifestações de Inconformidade pertinentes aos processo de compensação.

4. Sobreveio deliberação da Autoridade Julgadora de 1^a instância, consubstanciada no Acórdão nº 12-115.328 - 4^a Turma da DRJ/RJO, proferido em sessão de 30/03/2020 (e-fls. 650/658), de que se cientificou o Contribuinte em 22/06/2020 (e-fls. 665), cuja ementa foi vazada nos seguintes termos:

“ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 18/02/2013, 20/03/2013, 18/04/2013, 17/05/2013, 02/07/2013, 19/07/2013, 13/08/2013, 20/09/2013, 09/10/2013, 19/11/2013, 17/12/2013, 16/01/2014MULTA ISOLADA POR DÉBIDO INDEVIDAMENTE COMPENSADO.

Mantido o despacho decisório que não homologou a compensação declarada em perdcomp, mantem-se o auto de infração lavrado em decorrência da compensação indevida, nos termos do § 17 do art. 74 da Lei n. 9.430/96, introduzido pelo art. 62 da Lei n. 12.249/10, por ser a atividade administrativa de lançamento atividade vinculada e, portanto, obrigatória.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido”

5. Irresignado, em 25/09/2020 (e-fls. 668), o Contribuinte apresentou Recurso Voluntário (e-fls. 669/672), em que, sinteticamente, repisa as razões de Impugnação.

Voto

Conselheiro Rafael Taranto Malheiros, Relator.

6. O Recurso Voluntário é tempestivo (e-fls. 665 e 668, nos termos do art. 6º da Portaria RFB nº 543, de 2020, alterado pela Portaria RFB nº 4.105, de 2020, que suspende até 31/08/2020 a contagem de prazos para a prática de atos processuais), pelo que dele conheço.

7. Em consulta ao sistema e-Processo, infere-se que os processos administrativos nºs 13888.723175/2017-59 e 13888.723180/2017-61, tiveram decisões definitivas proferidas em seus âmbitos, tendo sido encerrados em 1^a instância do contencioso administrativo, com decisões desfavoráveis à Interessada.

8. Em nova consulta ao sistema e-Processo, infere-se que os processos administrativos nºs 13888.723176/2017-01, 13888.723177/2017-48, 13888.723178/2017-92, 13888.723181/2017-14, 13888.723224/2017-53, 13888.723226/2017-42, 13888.723227/2017-97, 13888.723228/2017-31, 13888.723230/2017-19 e 13888.723231/2017-55 não tiveram decisões definitivas proferidas em seus âmbitos. A decisão que se há de proferir aqui depende do que for decidido nos citados feitos, vez que as discussões lá tratadas são a origem dos lançamentos discutidos nestes autos.

8.1. Referidos processos, por seu turno, formam lote de recursos repetitivos, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 47 do RICARF, cujo paradigma é o de nº 13888.723224/2017-53, julgado nesta sessão, tendo sido negado o Recurso Voluntário em seu âmbito, com sua ementa vazada nos seguintes termos:

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)

Ano-calendário: 2013

COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS. RECEITA DA VENDA DE PLANOS DE SAÚDE. FALTA DE DETALHAMENTO DO SERVIÇO PESSOAL PRESTADO POR ASSOCIADO.

Do exame das faturas, é possível confirmar que elas não segregam a parcela do IRRF correspondente à remuneração por tais serviços, distinguindo-a da parcela correspondente à remuneração por outros custos, não havendo qualquer outro documento nos autos que seja hábil à comprovação que se faz necessária.

Uma vez que as faturas não detalham os valores relativos aos serviços pessoais efetivamente prestados por associados da cooperativa a pessoas jurídicas, distinguindo-os dos demais custos, e que a contribuinte não conseguiu comprovar por outro meio que os valores de imposto retido estariam vinculados ao tipo de remuneração aludida no caput do art. 652 do RIR/1999, não resta configurada a existência do direito creditório líquido e certo”.

9. Como os processos principais, de compensação, tiveram desfechos desfavoráveis ao Contribuinte, seja em primeira ou segunda instâncias administrativas e sendo, neste caso, as multas aplicadas acessórias aos principais, nos termos do § 18 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, não assiste razão à Recorrente.

CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, conheço o Recurso Voluntário e, no mérito, nego-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Rafael Taranto Malheiros